



EDITAL LICITATÓRIO
PROCESSO Nº. 227/2020 - CONVITE N.º. 016/2020
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS BENEFICIÁRIAS
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, através do seu Departamento de Compras e Licitações, pelo presente convida Vossa Senhoria a participar da **Licitação na Modalidade de Convite do tipo menor Preço sob nº. 016/2020** em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores. A presente licitação será exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, mediante as seguintes condições:

DATA DE ABERTURA: 13/10/2020.

HORÁRIO: 09:00 horas.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, sito na Av. Borges de Medeiros, 456, neste Município.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal da Educação - SEMED

CONSTITUEM ANEXOS E PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL: memorial descritivo, plantas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, declaração de não incidência de licenciamento ambiental e minuta de contrato.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar do presente convite as empresas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do seu art. 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014 e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos. Para participação no certame a licitante **deverá apresentar fora dos envelopes nº01/habilitação e nº 02 proposta de preços, comprovação de enquadramento**, através de declaração assinada pelo responsável legal da empresa informando seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa; e/ou documento emitido pela JUNTA COMERCIAL, ambos com prazo de emissão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias comprovando seu porte.

1 OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para execução de reforma no prédio de dois pavimentos da E.M.E.F. Nossa Senhora de Fátima.

1.1 Especificações do Objeto:

1.1.1 A respectiva obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

1.1.2 A execução do serviço obedecerá ao projeto. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da fiscalização por escrito e em duas vias.

1.1.3 Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

1.1.4 Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior a 10% (dez por cento) do valor orçado.

2 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

2.1.1 Efetuado em 02 (duas) parcelas, correspondente aos serviços estabelecidos para execução, e será efetuado em até 15 (quinze) dias após o término de cada etapa, conforme cronograma.



2.1.2 O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após o término dos serviços, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através do Engenheiro Paulo Eduardo Coutelle, responsável por seu acompanhamento e fiscalização, obedecendo ao critério mensal de medição. A fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS; bem como relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e comprovante de pagamento dos funcionários.

2.1.3 A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: Dados bancários para pagamento, nº da Licitação Convite nº. 016/2020 e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, bem como deverá conter as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

2.1.4 O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

2.1.5 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

2.1.6 A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

2.1.7 A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS e relatório SEFIP/GFIP do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

3 PRAZO DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

3.1 Provisoriamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Coutelle, responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10(dez) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**.

3.2 Definitivamente, pelo Engenheiro Paulo Eduardo Coutelle, designado pela autoridade superior competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

3.3 O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.4 A **CONTRATANTE**, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

3.5 A fiscalização da respectiva obra, e do respectivo contrato será efetuada pelo Engenheiro Paulo Eduardo Coutelle.

4 DO CONTRATO

4.1 No momento da assinatura do contrato a empresa deverá obedecer aos seguintes critérios, sob pena de decair o direito de contratar:

4.1.1 Apresentar relação dos funcionários envolvidos, diretamente na execução da obra, com a indicação do supervisor responsável pelos funcionários, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato.

4.1.2 O valor contratado será reajustado, caso necessário, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV.

4.2 DOS TERMOS DO CONTRATO À SER FIRMADO:



4.2.1 O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 60 dias, mais 40 dias até seu recebimento definitivo, contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada.

4.2.2 A empresa deverá consignar garantia da obra de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 618 do Código Civil.

4.2.3 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º.8.666/93.

4.2.4 A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

4.2.5 A rescisão das obrigações decorrentes deste Convite se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

4.3 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.3.1 Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

4.3.2 Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas Vigentes, às suas expensas, desde que, atestado pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

4.3.3 Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto da presente licitação.

4.3.4 Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

4.3.5 Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da CONTRATANTE, devendo estas instalações, ser submetidas à aprovação desta, se necessário assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

4.3.6 Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes necessários à execução da obra.

4.3.7 Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

4.3.8 Manter no Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia, e deverá enviar cópia para anexar ao processo licitatório.

4.3.9 Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do Engenheiro fiscal indicado pelo Município.

4.3.10 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente, aos referentes aos bens objetos desta licitação.

4.3.11 Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

4.3.12 Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

4.3.13 Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

4.3.14 Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.



4.3.15 Manter no local da obra ou serviço, o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto da presente licitação.

4.3.16 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

4.3.17 O representante da CONTRATANTE anotará em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.3.18 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.19 Comprovar o cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, através de documentos comprobatórios para o Setor de Contabilidade.

4.3.20 A contratante deverá colocar no local da obra, placas informativas, orientando a comunidade quanto à execução da mesma.

4.3.21 A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e uso dos equipamentos de proteção individual (EPI), para a realização dos serviços.

4.3.22 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

4.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.4.1 O pagamento da parcela, conforme determinado no item 2 do edital.

4.4.2 A fiscalização da respectiva obra, e do respectivo contrato será efetuada pelo Engenheiro Paulo Eduardo Coutelle.

5 DA HABILITAÇÃO

5.1 Os proponentes deverão apresentar para a fase de habilitação, em original ou por processo de cópia (xerox) devidamente autenticados em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade (sem ônus), os seguintes documentos:

5.1.1 **Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, e alterações** (se houver) da empresa, em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, possuindo objeto contratual compatível com o ora licitado.

5.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (**CNPJ/MF**), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998, com expedição com data de emissão de no máximo 60 dias.

5.1.3 **Certidão Negativa da Receita Federal e da PGFN** e as **Contribuições Sociais** previstas nas alíneas "a" a "d", do § Único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91.

5.1.4 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**.

5.1.5 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante.

5.1.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.7 **Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.1.8 **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratante.

5.1.9 **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.



5.1.10 **Declaração**, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.1.11 **Registro e prova de regularidade da empresa na entidade profissional competente**, CREA/CAU, devendo possuir Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente habilitado.

5.1.12 **Comprovação de capacitação técnico-profissional** em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitados.

5.1.13 **Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a empresa**. O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.

5.2 Todos os documentos constantes no envelope nº.01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

5.3 Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

5.3.1 Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução guarde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.

5.4 A prova de capacitação técnica da empresa e do responsável técnico pode se dar em atestados separados ou em um único documento.

6 DOS DEMAIS DOCUMENTOS

6.1 O representante da empresa proponente deverá para poder assinar, intervir, desistir de prazos e, ou recorrer em nome da empresa, possuir documento credenciando-o para a licitação, com firma reconhecida, exceto se o mesmo for sócio da empresa, caso em que bastará documento de identificação.

6.2 Se a empresa proponente necessitar de autenticações por servidor da Prefeitura deverá encaminhar-se ao Departamento de Compras e Licitações, em horário normal de expediente, **até 01(uma) hora antes**, que anteceder a data da abertura da Licitação, ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

6.3 A documentação exigida no item 5.1 do edital poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 32 da Lei 8.666/93, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Santo Antônio da Patrulha - CRC - com validade plena, sendo necessária a apresentação em anexo a este, de possíveis documentos vencidos.

7 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



7.2 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

8 DA PROPOSTA

8.1 Forma de elaboração da Proposta – Envelope Nº. 02

8.1.1 As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

8.1.2 Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, já incluídos os custos de frete ou deslocamento, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

8.1.3 Consignar os preços, devendo os unitários e totais, serem expressos em algarismos, e a soma do TOTAL GERAL DA PROPOSTA, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

8.1.4 As propostas deverão abranger as despesas com a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para a execução da respectiva obra, objeto deste certame e serem elaboradas apresentando as seguintes informações:

- a.1) Valor total dos Materiais: R\$
- a.2) Valor total da Mão-de-Obra R\$
- a.3) Total Geral da Proposta: R\$ (por extenso)

8.1.4.1 Os licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar anexo a sua proposta, a respectiva Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, assinado pelo responsável técnico da empresa, contendo todas as discriminações necessárias para um bom entendimento e julgamento da presente licitação, portanto, deverão estar em conformidade com o solicitado neste edital e seus anexos, sob pena da proposta que divergir destas condições ou dificultar o seu julgamento, ser declarada “desclassificada” do certame.

8.2 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.2.1 O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do **preço cotado global**, classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

no edital licitatório e seus anexos, e que **consignar o menor preço**. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/06.

8.2.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

8.2.3 Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior a 10% (dez por cento) do valor orçado.

8.2.4 Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão Prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o licitante comprove a viabilidade de seus preços.

8.2.5 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

8.2.6 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8.2.7 Os documentos para a fase de HABILITAÇÃO, bem como, as PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser apresentadas em envelopes distintos, contendo a seguinte indicação na parte externa (exemplo):

ENVELOPE 01

HABILITAÇÃO

NOME DA EMPRESA/TELEFONE

CONVITE Nº. 016/2020

ENVELOPE 02

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA/TELEFONE

CONVITE Nº. 016/2020

9 DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93.

10 DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades.

10.1 Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual.

10.2 Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

10.3 Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.4 A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

10.5 A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

10.7 Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e após o prazo não superior a 02 (dois) anos, e multa de 10% do valor atualizado do contrato, bem como reparar e indenizar o prejuízo sofrido.



10.8 As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

10.9 Da aplicação das penas definidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.7 caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.

10.10 Os valores atualizados dos contratos se darão através do IGP-M/FGV, conforme Decreto Municipal nº.766/2017.

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0124 - Infraestrutura e Tecnologia na Educação

PROJETO: 1071 - Construção, Ampliação e Adequações de Esc.Ensino Fundamental

DESPESA: 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALACOES (575)

RUBRICA: 44905199000000 - OUTRAS OBRAS E INSTALACOES

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

12.2 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/93).

12.3 Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como Recurso Administrativo, será aceito por via “fax ou e-mail”. Somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.

12.4 Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

12.5 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

12.6 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

12.7 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

12.8- A presente licitação será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06.

12.9 Se a empresa proponente necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus) deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

12.10 Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

responsabilizaremos por envelopes que não cheguem a tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

12.11 Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.

12.12 A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.13 As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

12.14 Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.

12.15 Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

12.16 Constituem Anexos deste edital: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Plantas, Declaração de não Incidência de Licenciamento Ambiental e Minuta do Contrato.

12.17 Este edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura: <http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/prefeitura/>.

13 QUAISQUER INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, DESTA PREFEITURA, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 08h às 12hs e das 13hs às 17hs, OU PELO TELEFONE (51) 3662-8416.

Santo Antônio da Patrulha, 30 de setembro de 2020.

Cléia Juçara Aioldi
Secretária Municipal da Administração e Finanças



MEMORIAL DESCRITIVO

Objeto : Reforma no prédio de dois pavimentos na E.M. N.S. de FÁTIMA

Local: Rua Otávio Luiz da Silveira - Bairro Jaú – Sto. Antônio da Patrulha

GENERALIDADES: Trata o presente Memorial Descritivo de Serviços a serem executados na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima localizada no Bairro Jaú em Santo Antônio da Patrulha, com vistas a reforma da pavimentação de duas salas no andar superior, tratamento de infiltrações em janelas, dutos de ar condicionado e laje de cobertura.

PISOS DE DUAS SALAS DE AULA NO SEGUNDO PAVIMENTO:

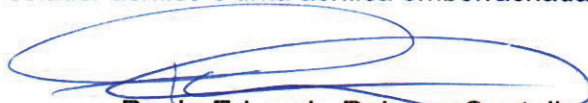
- Serão retirados todos os pisos existentes bem com seu contrapiso
- Toda superfície será limpa, de forma a ficar isenta de argamassas aderidas ou pó.
- Serão locadas às juntas de dilatação conforme planta.
- serão executados contrapiso em argamassa de cimento e areia grossa no traço de 3:1, com às juntas de dilatação proposta.
- O piso cerâmico com características não derrapantes, adequados a sala de aula, nas dimensões aproximadas de 50x50cm, em primeira linha, na cor definida pela fiscalização, será assentado com argamassa para pisos de auto tráfego tipo cimento cola, conforme indicação do fabricante, respeitando às juntas de dilatação na largura de 1cm,
- O rejuntamento será na cor predominante do piso adotado.
- As juntas de dilatação deverão ser preenchidas com mastique adequado a juntas de piso, devendo preencher o espaço até a superfície da laje e apresentar perfeito acabamento na superfície superior.
- Todas às superfícies deverão ser limpas, isentas de argamassas, rejuntas ou detritos de mastique das juntas.
- Todos os perímetros das salas reformadas receberão rodapés do mesmo material do piso, fixados às paredes com argamassa colante e devidamente rejuntados.

JANELAS BÁSCULAS DE FERRO: As janelas básculas que apresentam infiltrações, terão seus peitoris retirados e substituídos por outros de igual material, com medidas de 4cm que excedam às dimensões do vão e embutidas nas alvenarias. Os peitoris devem apresentar declividade de 1,5% para o exterior e pingadeiras de 3cm com ranhura na face inferior para impedir o retorno da água de chuva. Todas as básculas serão calafetadas com mastique de vedação em ambas as faces e em todo seu perímetro, sendo vedado o uso de silicone.

VEDAÇÃO DE DUTOS EM ALVENARIA-REVISÃO TELHADO: Todos os dutos em alvenarias destinados a instalações de ar condicionado serão escariados, limpos e calafetados com mastique, impedindo a entrada de águas de chuva. Sobre todos os dutos mencionados serão executados algerosas em chapa galvanizada nº24, embutidas na alvenaria e arrematadas com argamassa. Fica vedado o uso de silicone.

- Todo o telhado será revisado com substituição de telhas fibrocimento e estrutura de telhado que se fizer necessário para impedir infiltrações de águas de chuva.

INFILTRAÇÕES EM ALVENARIA PELA LAJE SUPERIOR: Os danos causados pelas infiltrações existentes serão reparados com a substituição do rebocos, pintura e aplicação de massa acrílica, selador acrílico e tinta acrílica emborrachada


Paulo Eduardo Peirano Coutelle
Eng. Civil – CREA 37.508


Santo Antônio da Patrulha, 02 de julho de 2020.

ORÇAMENTO / QUANTITATIVO - E.M.E.F. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ITEM	SERVIÇOS	quant.	unif.	mat. unit.	m.o. unit.	tot. mat.	tot. m.o.	tot. item	código
1.0	PISO SALAS DE AULA SEGUNDO ANDAR								
1.1	Demolição de piso cerâmico	160,00	m ²	-	17,24	-	2.758,40	2.758,40	22133 PLEO
1.2	Limpeza de superfície de laje concreto	160,00	m ²	0,83	0,45	132,80	72,00	204,80	592053 PLEO
1.3	Contrapiso sobre laje pré moldada	160,00	m ²	13,31	26,85	2.129,60	4.296,00	6.425,60	
1.4	Piso cerâmico, 1ª linha, acabamento acetinado, 50x50cm	160,00	m ²	28,91	35,33	4.625,60	5.652,80	10.278,40	897257 SINAPI
1.5	Rodapé cerâmico, 1ª linha, 7cm, idem piso	148,00	m	12,50	31,80	1.850,00	4.706,40	6.556,40	94521 PLEO
1.6	Rejunte cor predominante do piso, l=5mm	540,00	m ²	2,48	5,01	1.339,20	2.705,40	4.044,60	92520 PLEO
1.7	Junta de dilatação(rejunte mastique poliuretano frio	105,00	m	3,34	16,44	350,70	1.726,20	2.076,90	84205 PLEO
1.8	Limpeza de piso cerâmico	160,00	m ²	3,45	8,03	552,00	1.284,80	1.836,80	23115 PLEO
	SUB TOTAL ITEM 1.0							34.181,90	
2.0	JANELAS BÁSCULAS DE FERRO								
2.1	Peitoril basáltico idem ao existente	30,00	m	91,93	31,80	2.757,90	954,00	3.711,90	102345 PLEO
2.2	Escarificação de reboco p/calafete de janelas básculas	130,00	m	1,91	16,23	248,30	2.109,90	2.358,20	161900 PLEO
2.3	Calafete com mastique de vedação, ambas as faces	130,00	m	2,48	5,01	322,40	651,30	973,70	92520 PLEO
	SUB TOTAL ITEM 2.0							7.043,80	
3.0	VEDAÇÃO DE DUTOS EM ALVENARIA-REVISÃO TELHADO								
3.1	Escarificação de duto em alvenaria, preenchimento com espuma de poliuretano, arremates em argamassa, pintura acrílica	16,00	unid	2,56	8,03	40,96	128,48	169,44	86115 PLEO
3.2	Algerosa, 30x15cm embutida em alv. c/ acabamento e pintura	3,00	unid	59,29	8,96	177,87	26,88	204,75	165122 PLEO
3.3	Cobertura em telhas fibrocimento 6mm	10,00	m ²	43,60	12,21	436,00	122,10	558,10	72310 PLEO
3.4	Estrutura de telhado em madeira p/ fibrocimento 6mm	10,00	m ²	46,13	45,44	461,30	454,40	915,70	71400 PLEO
	SUB TOTAL ITEM 3.0							1.847,99	
4.0	INFILTRAÇÕES EM ALVENARIA PELA LAJE SUPERIOR								
4.1	Preparação de parede	10,00	m ²	-	5,01	-	50,10	50,10	22192 PLEO
4.2	Pintura acrílica emborrachada, 2 dem.	10,00	m ²	7,09	15,89	70,90	158,90	229,80	14257 PLEO
4.3	Massa acrílica	10,00	m ²	22,66	22,39	226,60	223,90	450,50	141301 PLEO
4.4	Selador acrílico, 1 dem	10,00	m ²	1,58	11,43	15,80	114,30	130,10	14250 PLEO
	SUB TOTAL ITEM 4.0							860,50	
	TOTAL					15.737,93	28.196,26	43.934,19	

Leis Sociais= 176,82 %
 BDI = 25 %
Total Geral = R\$43.934,19
 Total Material = R\$15.737,93
 Total Mão de Obra = R\$28.196,26

jul/20


Paulo Eduardo Peirano Coutelle
 Diretor IEA - SEGP
 Eng. Civil - CREA 37.508

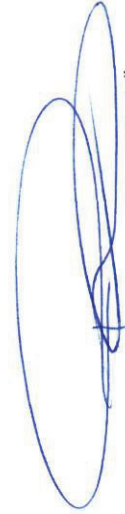
08

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO - E.M.E.F. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

	Total	1º mês- 30 dias		2º mês - 30dias	
		R\$	%	R\$	%
1.0	34.181,90	77,80	17.090,95	50,00	17.090,95
2.0	7.043,80	16,03	3.521,90	50,00	3.521,90
3.0	1.847,99	4,21			1.847,99
4.0	860,50	1,96	860,50	100,00	
TOTAL	43.934,19	100,00	21.473,35	48,88	22.460,84

Leis Sociais= 176,82 %
 BDI = 25 %
 Total Geral = R\$43.934,19
 Total Material = R\$15.737,93
 Total Mão de Obra = R\$28.196,26

jul/20



Paulo Eduardo Peirano Coutelle
 Diretor DEA - SEGPG
 Eng. Civil - CREA 37.508

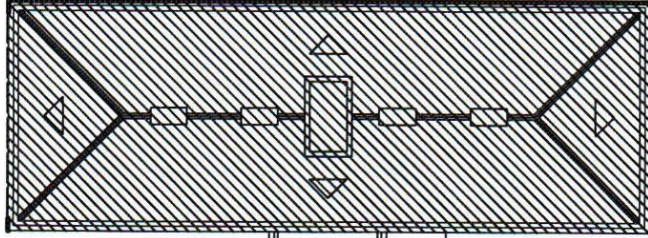
3212

1656

PÁTIO COBERTO
QUADRA DE ESPORTES

TERRENO DA ESCOLA
EMEF NOSSA SENHORA DE FATIMA
ÁREA: 2.217,87m²

LOTAR MACHADO DOS REIS
4215



ANEXO
EMEF NS FATIMA
IMPLANTACAO

PRÉDIO ESCOLA
EXISTENTE

CIRCULAÇÃO

PRÉDIO ESCOLA
EXISTENTE

RUA OTAVIO LUIZ DA SILVEIRA

5715

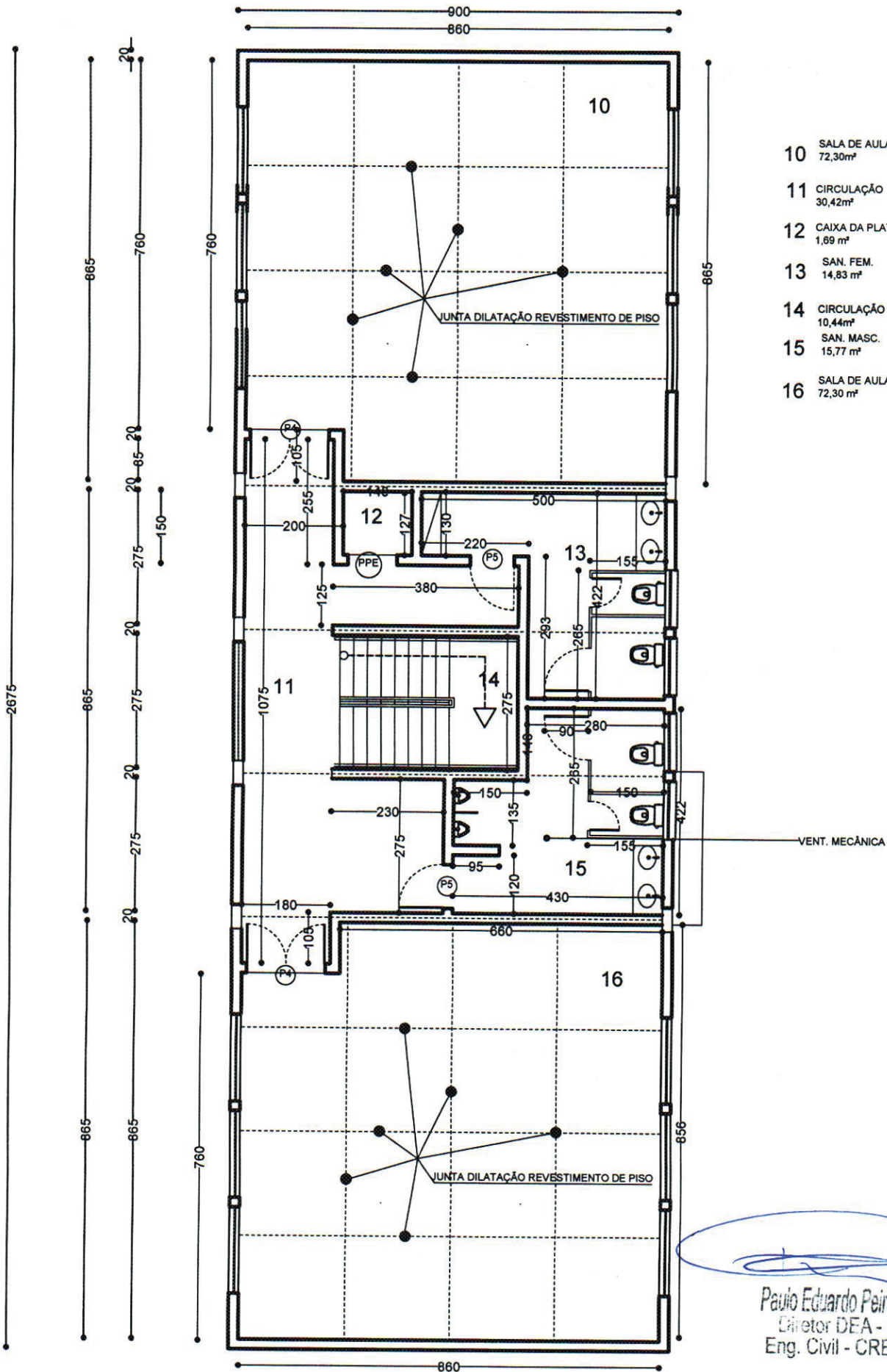
1009

Paulo Eduardo Peirano Coutelle
Diretor DEA - SEGP
Eng. Civil - CREA 37.508

Handwritten signature and the number 08.

PLANTA-BAIXA 2º PAV.

09



- 10 SALA DE AULA I
72,30m²
- 11 CIRCULAÇÃO
30,42m²
- 12 CAIXA DA PLATAFORMA ELEVATÓRIA
1,69 m²
- 13 SAN. FEM.
14,83 m²
- 14 CIRCULAÇÃO - ESCADA
10,44m²
- 15 SAN. MASC.
15,77 m²
- 16 SALA DE AULA II
72,30 m²

Paulo Eduardo Peirano Coutelle
 Diretor DEA - SEC/PG
 Eng. Civil - CREA 37.508



10
f

DECLARAÇÃO

Nº 034/2020

O Município de Santo Antônio da Patrulha, através do Departamento de Meio Ambiente, criado através da Lei Municipal nº 2014/1995, no uso de suas atribuições, conforme a Lei Municipal nº 4608/2004, de 28 de dezembro de 2004, art. 65, incisos V e VI, conforme alteração prevista na Lei Municipal 5.407 de 25 de janeiro de 2008, e a resolução CONSEMA nº 115/2006, de 09 de março de 2006, de acordo com o protocolo nº 100233/2020, **DECLARA:**

Empreendedor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CPF/CNPJ: CNPJ: 88.814.199/0001-32

Endereço: AV. BORGES DE MEDEIROS, nº 456, CIDADE ALTA, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS

Localizada: Otávio Luiz da Silveira, Jaú, Santo Antônio da Patrulha, RS

Coordenadas (SIRGAS 2000): Lat:-29° 49' 46,32" Long:-50° 30' 20,54"

Declaro que conforme Resolução CONSEMA 372 de 02 de Março de 2018, a qual define as atividades passíveis de licenciamento ambiental municipal, a atividade de : Reforma Prédio da E.M.E.F. Nossa Senhora de Fátima está inserida na faixa de não incidência de licença ambiental municipal.

Condições:

1. Deve ser respeitada a ocupação de Áreas de Preservação Permanente, conforme lei Nº 12.651/2012 e Lei Estadual 11.520/2000;
2. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a este Departamento;
3. Caso haja necessidade de quaisquer intervenções na vegetação, deverá ser solicitada a respectiva autorização ao órgão ambiental responsável.
4. Deve ser respeitada a legislação quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos conforme Lei 12.305 de 02 de agosto de 2012;
5. Conforme Art. 4o. da Resolução 372/2018 "A não incidência de licenciamento ambiental em empreendimentos e atividades, ou em determinados portes destes, não dispensa da necessidade de atendimento de outras autorizações e licenças exigidas pela legislação vigente".
6. É proibido o corte de espécies definidas como imunes ao corte em todo o território do Rio Grande do Sul, são elas: o algarrobo (*Prosopis nigra*), o inhaduvá (*P. affinis*), as figueiras nativas do gênero Ficus, corticeiras do gênero Erythrina, conforme Arts. 14, 33 e 34 da Lei Estadual nº 9.519, 21 de janeiro de 1992;

Esta declaração é válida por tempo indeterminado, possibilitando-se sua revisão e revogação por este Departamento caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição nela contida ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor.

Esta Declaração não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal. Esta Declaração deverá estar disponível no local da atividade licenciada para fins de efeito de fiscalização. Este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

Data de emissão: Santo Antônio da Patrulha, 16 de julho de 2020.

Leticia da Silva Ferreira
Diretora do Departamento de Meio Ambiente

Planilha de Detalhamento do BDI

Nome da obra: Reforma no prédio de dois pavimentos na E.M.E.F. N.S. de Fátima
 Município da Obra: Rua Otávio Luiz da Silveira - Bairro Jaú - Santo Antônio da Patrulha - RS
 Tipo de Obra: Construção/Reforma de Edifícios
 Contribuição Previdenciária: Desonerado

Limites para parcela do BDI para o tipo de obra acima selecionada Acordão TCU 2622/2013

CÁLCULO BDI -	Construção/Reforma de Edifícios	Percentual	Intervalo		
			Utilizado	mínimo	médio
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00	3,00	4,00	5,50
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,36	0,59	1,23	1,39
G	GARANTIA	0,85	0,80	0,80	1,00
R	RISCO	1,20	0,97	1,27	1,27
L	LUCRO	7,30	6,16	7,40	8,96
I	Tributos - (PIS-COFINS-ISS-DESONERAÇÃO)	7,65	Conforme Legislação Específica		
	BDI - Adotado	25,00			

TRIBUTOS	utilizados	Intervalo		
		mínimo	médio	máximo
PIS	0,65%	0,65	0,65	0,65
COFINS	3,00%	3,00	3,00	3,00
ISS	4,00%	2,00	2,00	5,00
DESONERAÇÃO	0,00%	2,00	2,00	2,00
TOTAL	7,65%			

Limites do valor de BDI para o tipo de obra selecionada acima Acordão TCU 2622/2013		
Min.	Med.	Máx.
20,34	22,12	25,00

DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO DE BDI

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + AC/100) \times (1 + DF/100) \times (1 + G/100) \times (1 + R/100) \times (1 + L/100)}{(1 - I/100)} \right) - 1 \right] \times 100$$

 Assinatura do Responsável Técnico pelo Orçamento
 Paulo Eduardo Peirano Coutelle
 Engenheiro Civil - CREA/RS - 37.508

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS - VIGENTE DESDE OUTUBRO/2006:

INCIDÊNCIA DAS LEIS SOCIAIS NOS CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO
DO RS - OBRAS POR EMPREITADA

GRUPO A - ENCARGOS BÁSICOS PREVIDENCIÁRIOS

BÁSICOS	%
A 1 - INSS	20
A 2 - FGTS	8
A 3 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2,5
A 4 - SESI	1,8
A 5 - SENAI	1,3
A 6 - INCRA	0,2
A 7 - SEGURO-ACIDENTE	3
TOTAL GRUPO "A"	36,8

GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DE "A"

B 1 - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	18,07
B 2 - FERIADOS	4,18
B 3 - FÉRIAS	15,09
B 4 - AVISO-PRÉVIO TRABALHADO	1,64
B 5 - AUXÍLIO-ENFERMIDADE	2,67
B 6 - ACIDENTE TRABALHO/EMPREGADOR	1,41
B 7 - FALTAS JUSTIFICADAS	0,06
B 8 - 13º SALÁRIO	11,32
B 9 - LICENÇA-PATERNIDADE	0,11
B10 - ADICIONAL-NOTURNO	2,2
TOTAL GRUPO "B"	56,75

GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM A INCIDÊNCIA DE "A"

C 1 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	28,87
C 2 - INDENIZAÇÃO - DESPEDIDA S/JUSTA CAUSA	5,01
C 3 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1,25
(art. 1º da Lei Complementar 110/01) *	
TOTAL GRUPO "C"	35,13

GRUPO D - INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

D 1 - INCIDÊNCIA "A" SOBRE "B"	20,88
TOTAL GRUPO "D"	20,88
SUB-TOTAL A+B+C+D	149,56

GRUPO E - ENCARGOS INTER SINDICAIS E VALE-TRANSPORTE

E 1 - EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	6,27
E 2 - DEPRECIAÇÃO DE FERRAMENTAS	1,25
E 3 - AUXILIO-EDUCAÇÃO	1,51
E 4 - VALE-TRANSPORTE	18,23
TOTAL GRUPO "E"	27,26

TOTAL GERAL A+B+C+D+E	176,82
-----------------------	--------

OBSERVAÇÕES:

1 - FONTE DE DADOS: Pesquisa do DEE-SINDUSCON-RS, CÂMARA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO e auditado pelo IBGE/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

2 - O percentual de 177,61% é um valor médio utilizado no cálculo do CUB/m2/RS. Não inclui café da manhã, almoço, rancho, PIS e FINSOCIAL.

3 - * LEI COMPLEMENTAR 110 de 29/06/2001 Vigente desde 01/10/2001 e extinta a partir de 01/10/2006.